

RELATÓRIO E CONTAS



Goosebrokers Mediação de Seguros, Lda

ANO: 2025

RELATÓRIO DE GESTÃO



Goosebrokers Mediação de Seguros, Lda

ANO: 2025

1 - Introdução

A Goosebrokers Mediação de Seguros, Lda, com sede social em Avenida da Liberdade, N° 110, 1° 1269-046 Lisboa, com um capital social de 10.000,00 €, tem como atividade principal Atividades de mediadores de seguros. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2025.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Goosebrokers Mediação de Seguros, Lda, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

Do ponto de vista económico, o ano de 2025 foi um período de crescimento estável, mas contido, após uma fase de choques inflacionistas e de reconfiguração do comércio.

A conjuntura internacional foi profundamente influenciada pelo primeiro ano de governação de Donald Trump, que introduziu novos focos de incerteza económica e comercial. As orientações iniciais da nova administração norte americana contribuíram para um ambiente internacional mais volátil e disruptivo, reforçando a perceção de que o mundo atravessa uma transição para uma nova ordem global.

A publicação World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), de janeiro de 2026, descreve uma economia global surpreendentemente resiliente, apesar de enfrentar forças divergentes. Entre estas, mantiveram-se fatores de instabilidade externos, como a continuação da guerra na Ucrânia, sem sinais claros de resolução, e a intensificação das tensões no Médio Oriente, em particular envolvendo Gaza, Israel e Irão. Estes desenvolvimentos contribuíram para riscos ascendentes ao nível energético, comercial e financeiro.

No plano dos preços, a desinflação avançou e, em várias economias desenvolvidas, os bancos centrais puderam abrandar o ciclo restritivo. Ainda assim, o FMI nota que a inflação pode revelar-se mais persistente em alguns países e que a subida anterior de tarifas e a incerteza de políticas continuam a moldar o quadro macroeconómico. O impulso de investimento ligado à Inteligência Artificial (IA) deverá ser também um fator novo a monitorizar, com potenciais ganhos de produtividade, mas também risco de correção de mercado.

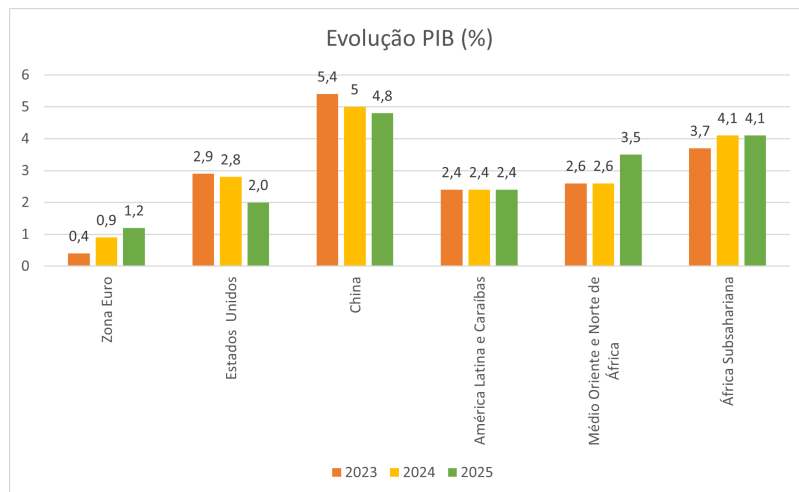
Relativamente ao mercado de trabalho, a International Labour Organization (ILO) estimou, para 2025, uma taxa de desemprego global de 4,9%, sem alteração relativamente a 2024, mas identificou uma estagnação na qualidade do emprego e uma recuperação incompleta dos salários reais face ao choque inflacionista, bem como, desigualdades persistentes, sobretudo para jovens e mulheres.

2.1 - A Nível Internacional e Europeu

Mundo

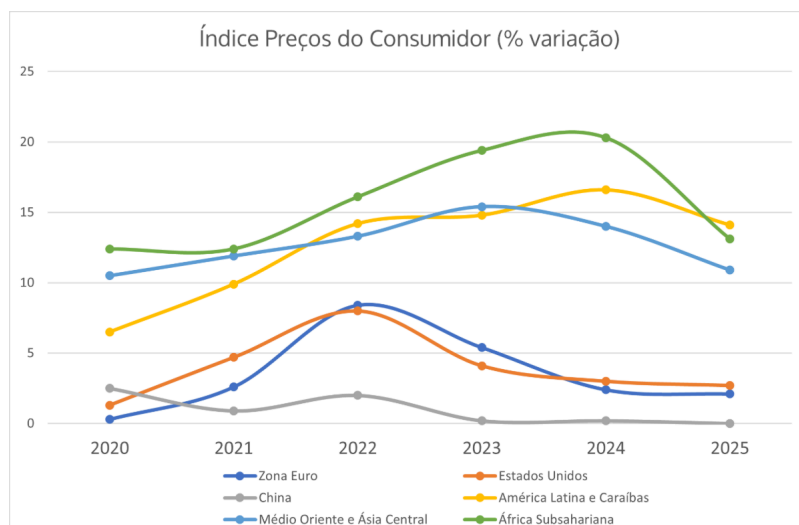
Tanto o FMI como o World Bank convergiram no reconhecimento de um cenário de crescimento moderado e de maior incerteza política, considerando que, em 2025, como reação ao choque tarifário, o mundo acelerou as suas cadeias de abastecimento.

Abaixo apresentam-se os dados de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) desagregados pelas principais regiões do mundo.



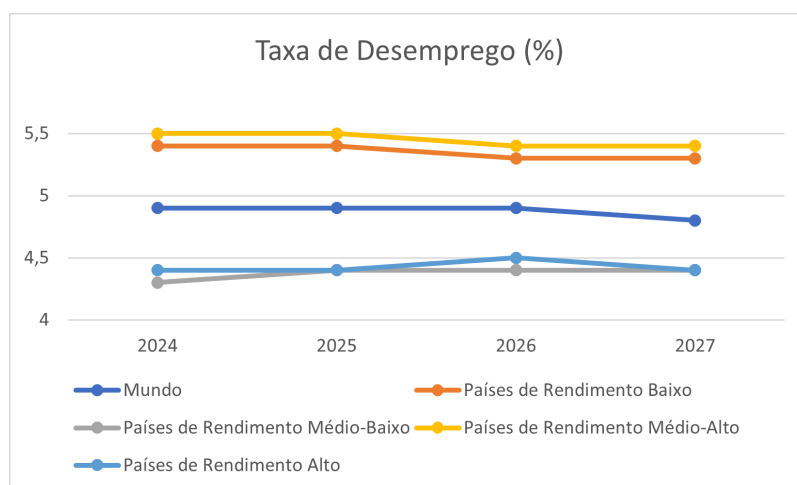
Fonte: Dados estimados FMI a outubro 2025

A inflação global continuou a descer no agregado das economias avançadas. Não obstante, o FMI alertou para os riscos associados a choques de oferta, aos preços da energia e a possíveis pressões políticas sobre a independência dos bancos centrais.



Fonte: Dados estimados FMI a outubro 2025

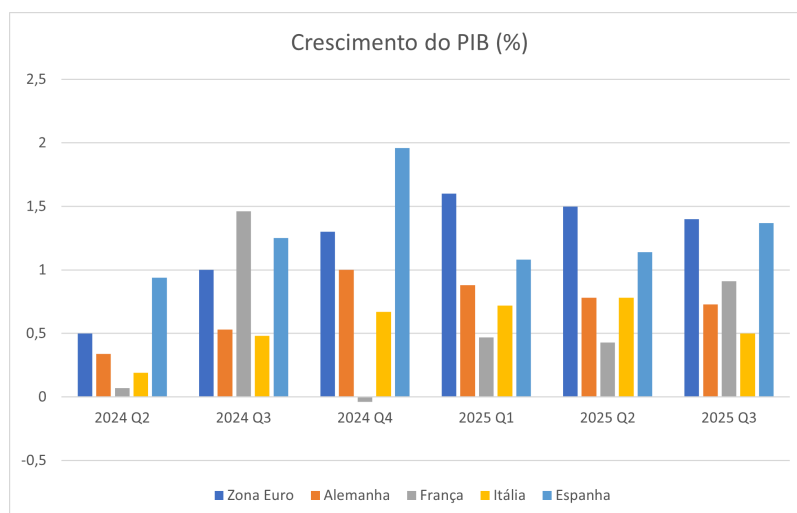
Relativamente aos salários, o novo relatório da ILO de 2026 indica que, apesar do desemprego se manter estável, a qualidade dos empregos não recuperou e os ganhos salariais reais ainda não compensaram totalmente as perdas de poder de compra anteriores. O desemprego jovem agravou-se em 2025 para 12,4% à escala global.



Fonte: Dados estimados ILO em janeiro de 2026

Europa

Em 2025, a Zona Euro continuou a mostrar recuperação moderada, sustentada por um abrandamento da inflação e por alguma melhoria da procura interna, ainda que com assimetrias entre países. As projeções da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) apontam para um crescimento do PIB da Zona Euro de 1,3% em 2025, suportado por consumo privado em recuperação e pelo acesso ao crédito gradualmente mais favorável.



Fonte: Dados do Banco Central europeu de dezembro de 2025

A inflação, na Zona Euro deverá continuar a convergir para os 2% durante a segunda metade do ano, em linha com a tendência já apresentada durante o ano.

A OCDE antecipa a continuidade do processo de desinflação, nas economias avançadas, com a maioria dos países a aproximar se das metas definidas pelos respetivos bancos centrais. A normalização dos preços dos bens e da energia, juntamente com a moderação dos custos do trabalho, sustenta esta convergência para a meta de 2% em 2025.

Este organismo realça ainda que, a eliminação gradual de medidas orçamentais extraordinárias e o recuo das políticas restritivas podem trazer algum alívio das condições financeiras, apoiando a procura interna na Zona Euro.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego da Zona Euro manteve-se historicamente baixa em 2025. O Eurostat reportou uma taxa de desemprego de 6,3%, com o desemprego jovem a recuar ligeiramente para os 14,6%, evidenciando uma estabilização do mercado juvenil.

Desagregando o indicador do desemprego por género, em novembro de 2025, a taxa de desemprego das mulheres foi de 6,2% na UE e a taxa de desemprego dos homens foi de 5,8%. Na Zona Euro, a taxa de desemprego das mulheres foi de 6,5%, e a taxa de desemprego dos homens situou-se em 6,1%.

Principais Mercados Estrangeiros

China

A OCDE prevê que a economia chinesa cresça 4,7% em 2025, com consumo ainda condicionado por poupanças elevadas e pela correção no setor imobiliário.

O investimento imobiliário continuará a cair, enquanto as exportações serão afetadas por novas tarifas dos EUA. A inflação permanecerá muito baixa, e a política fiscal será expansionista, impulsionada por um grande estímulo e por um programa de retoma para empresas.

EUA

A Comissão Europeia e Banco Central Europeu (BCE) estimaram para os EUA uma taxa de desemprego de cerca de 4,2 % para 2025.

A OCDE alertou, durante 2025, que os EUA enfrentarão défices orçamentais elevados durante vários anos, com uma dívida pública crescente, requerendo um ajuste fiscal significativo. Este organismo, projetou que o PIB dos EUA atinja um crescimento de 2%.

Segundo a informação publicada pelo U. S. Department of Labor, em janeiro de 2026, a inflação anual atingiu em dezembro de 2025 os 2,7%, impulsionada pelos custos mais elevados das importações devido às tarifas.

2.2 - A Nível Nacional

O Banco de Portugal projeta para 2025 um crescimento do PIB de 2,0%, acelerando depois em 2026 com apoio do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e da melhoria das condições financeiras.

O consumo das famílias continua a beneficiar da desaceleração da inflação, de ganhos no rendimento disponível e da descida gradual das taxas de juro. A OCDE e a Comissão Europeia (CE) antecipam que esta normalização sustente 2025. O consumo público mantém um contributo positivo, também alavancado por fundos europeus e execução de investimento público.

Em 2025, algumas empresas portuguesas beneficiaram de condições de financiamento mais favoráveis e do impulso proporcionado pela execução do PRR, relativamente a anos anteriores.

O PRR tem impulsionado a economia portuguesa ao dinamizar o investimento privado, através de instrumentos de capitalização e apoio à inovação, reforçando o tecido produtivo nacional. Estes mecanismos têm tido impacto direto na produtividade e na estrutura empresarial, contribuindo para melhores resultados macroeconómicos. Simultaneamente, o PRR tem aumentado o investimento público, apoiando a recuperação económica pós pandemia, sobretudo entre 2022 e 2024.

Segundo a OCDE, as exportações portuguesas mantêm bons níveis de desempenho. Existe, no entanto, um elevado grau de incerteza em relação ao futuro face à crescente instabilidade do contexto internacional e à forte exposição de alguns setores ao mercado dos EUA. No entanto, quando analisamos o seu impacto no PIB, o cenário não é tão positivo, uma vez que o peso das exportações de 46,5%, em 2024, diminuiu para 44,4%, no primeiro semestre de 2025.

Adicionalmente, segundo a análise da Associação Empresarial de Portugal (AEP), o crescimento registado nos primeiros nove meses do ano foi influenciado fortemente pela antecipação de encomendas de clientes europeus, motivada por uma expectativa de condições internacionais adversas.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), na divulgação de 10 de dezembro de 2025, referente a outubro de 2025, as importações de bens diminuíram 3,0% em termos homólogos.

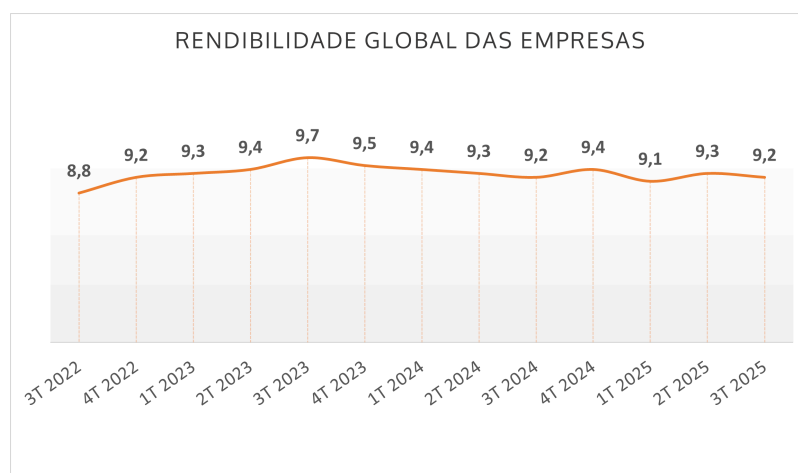
De acordo com o Banco de Portugal, registou-se um crescimento do emprego de 1,9% na primeira metade de 2025. O maior crescimento da atividade económica e do emprego foi registado no sector dos serviços, uma área da económica aparentemente menos volátil.

Outro setor de relevante na economia portuguesa é o da habitação. Este mercado não aparenta estar a ser penalizado pelo atual contexto de incerteza. A procura alta e a diminuição das taxas de juro, traduziram-se num crescimento de 17%, na primeira metade de 2025, face ao período homólogo, com o número de transações de imóveis a subir 20%.

Esta subida acentuada dos preços segue uma tendência que já se vinha a registar há alguns anos, mas que foi acelerada por medidas adotadas pelo Governo, em anos anteriores, de apoio à compra através de isenções de pagamentos de impostos e garantias bancárias.

A procura interna continua a sustentar o crescimento do PIB. O aumento dos salários e o suplemento extraordinário de pensões pago em setembro, bem como, as reduções das taxas de IRS, conduziram a um aumento do rendimento disponível, que terá sido um fator importante no nível de consumo interno.

A rentabilidade das empresas manteve-se estável ao longo de 2025, encontrando-se no terceiro trimestre de 2025 nos 9,2%, um valor em linha com o período homólogo de 2024.



Fonte: Dados do Banco de Portugal de janeiro de 2026

O Governo estima, na sua previsão oficial, uma dívida pública para 2025 de 90,2% do PIB, um valor menor face aos 93,6% atingidos

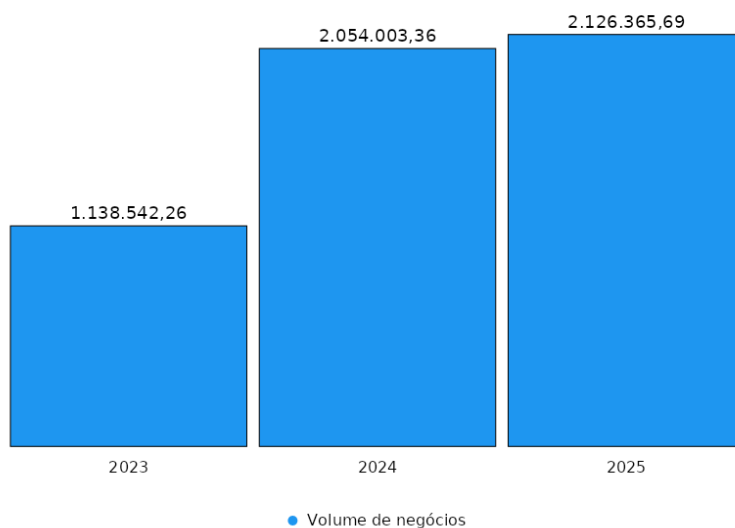
em 2024, segundo os dados do INE.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

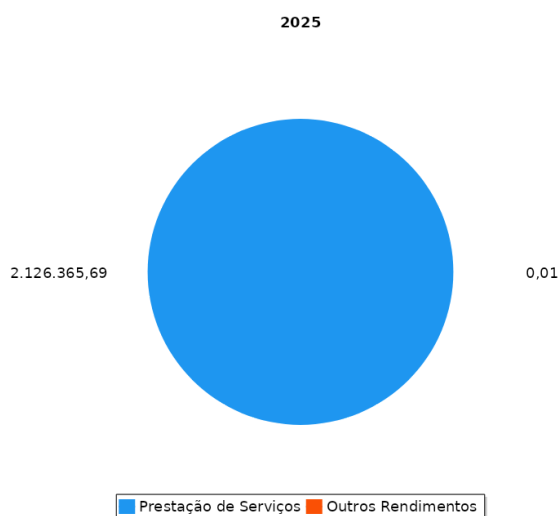
No período de 2025 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa.

De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 2.126.365,69 €, representando uma variação de 3,52% relativamente ao ano anterior.

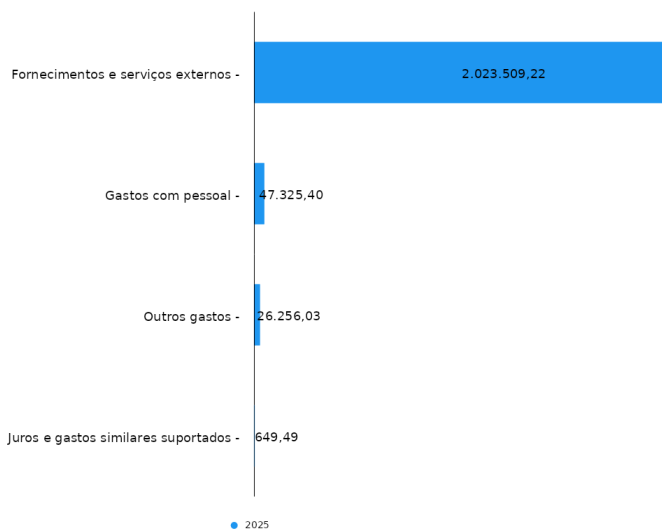
A evolução dos rendimentos é apresentada no gráfico seguinte:



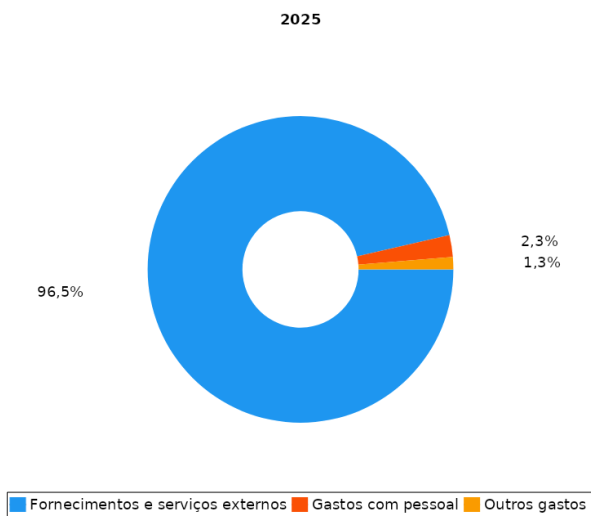
A estrutura dos rendimentos encontra-se distribuída do seguinte modo:



Relativamente aos custos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura:



Abaixo representa-se o peso relativo de cada uma das naturezas de gastos incorridos no total dos custos da entidade:

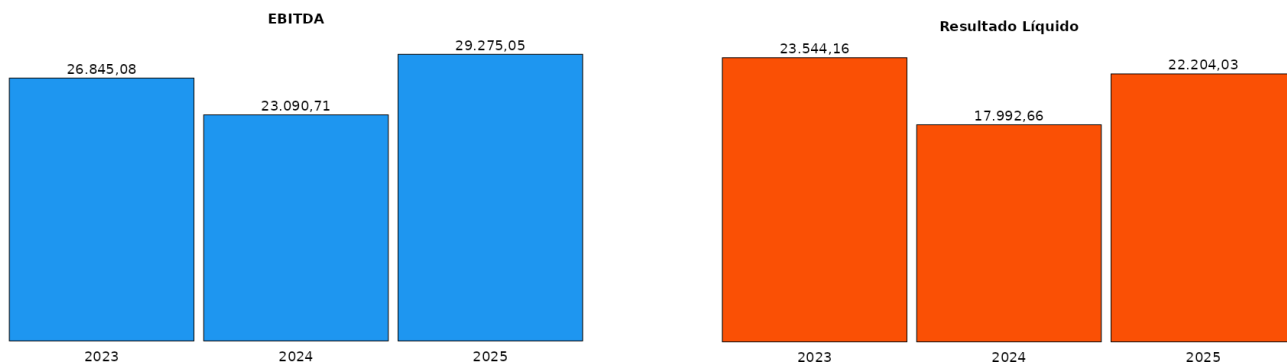


No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

Itens	PERÍODO		
	2023	2024	2025
Gastos com Pessoal	12.825,49	21.128,83	47.325,40
Nº Médio de Pessoas	1,00	1,00	2,00
Gasto Médio por Pessoa	12.825,49	21.128,83	23.662,70

Gerência

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Itens	PERÍODO		
	2023	2024	2025
Ativo corrente	383.082,52	359.599,54	313.304,26
<i>Percentagem ativo corrente</i>	<i>100,00%</i>	<i>100,00%</i>	<i>100,00%</i>
Total ativo	383.082,52	359.599,54	313.304,26
Capital Próprio	21.176,04	39.168,70	61.372,73
<i>Percentagem Capital Próprio</i>	<i>5,53%</i>	<i>10,89%</i>	<i>19,59%</i>
Passivo não corrente		37.850,00	109.450,00
<i>Percentagem passivo não corrente</i>		<i>10,53%</i>	<i>34,93%</i>
Passivo corrente	361.906,48	282.580,84	142.481,53
<i>Percentagem passivo corrente</i>	<i>94,47%</i>	<i>78,58%</i>	<i>45,48%</i>
Total Capital Próprio e Passivo	383.082,52	359.599,54	313.304,26

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Goosebrokers Mediação de Seguros, Lda no período económico findo em 31 de dezembro de 2025 realizou um resultado líquido de 22.204,03€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Itens	PERÍODO 2025
Resultados Transitados	21.162,46
Reservas Legais	1.041,57
Total	22.204,03

5 - Expetativas Futuras

5.1 - Cenário macroeconómico

Mundo

O FMI projeta que o crescimento mundial se mantenha estável nos 3,3% em 2026 e nos 3,2% em 2027, alinhado com o ritmo estimado para 2025, salientando que o impacto das novas tarifas comerciais foi, até agora, menos severo do que se receava, mas que os riscos existentes parecem indicar um novo decréscimo.

O World Bank sublinhou, na sua publicação de janeiro de 2026, que a economia global mostrou em 2025 uma resiliência, apoiada em adiantamento de trocas comerciais, ajustamentos de cadeias de valor e condições financeiras mais fáceis; esperando, porém, uma moderação do ritmo à medida que esses apoios se esbatem.

Este organismo, estimou que a inflação global deverá continuar a descer gradualmente, passando de 4,1% em 2025 para 3,8% em 2026, e que estabilizará nos 3,4% em 2027, com trajetórias diferentes entre países. Nos Estados Unidos, o retorno à meta dos 2%

Gerência

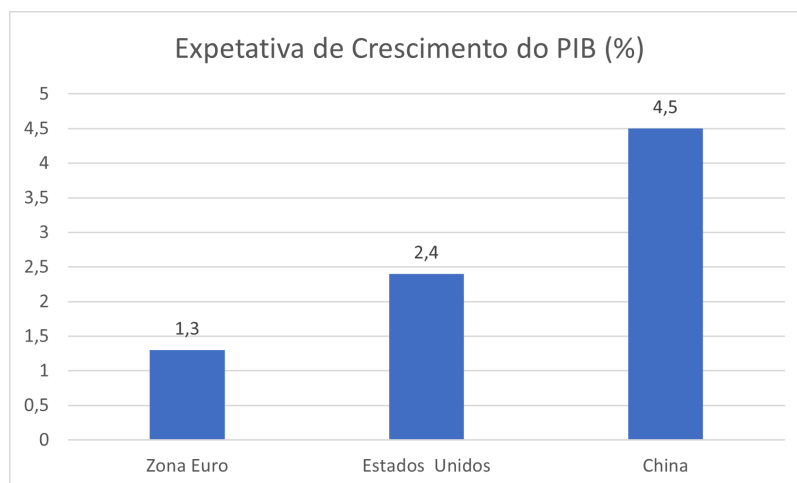
deverá ser mais lento do que noutras grandes economias, enquanto na área do euro a inflação deverá manter-se próxima desse valor já durante 2026.

Apesar da evolução favorável da inflação, o FMI nota que os riscos para a economia global continuam elevados. Uma eventual reavaliação em baixa do potencial transformador da IA poderia levar a uma correção abrupta nos mercados financeiros, especialmente entre empresas tecnológicas com avaliações muito elevadas.

Em 2025, esses riscos refletiram-se diretamente no comportamento dos investidores, que adotaram uma postura ambivalente: por um lado, revelaram um forte apetite por risco associado ao ciclo tecnológico — ilustrado pelo facto de a Nvidia se ter tornado a primeira empresa a atingir uma capitalização bolsista de 5 biliões de dólares, impulsionada pela rápida adoção da IA generativa; por outro, reforçaram posições em ativos de mitigação de risco, como se verificou nos máximos históricos do ouro.

As tensões comerciais persistem como ameaça, uma vez que medidas tarifárias adicionais ou contenções ao comércio de setores estratégicos - como semicondutores e minerais críticos - podem reacender incertezas e perturbar cadeias de abastecimento. A isto somam-se riscos geopolíticos, particularmente no Médio Oriente, Ucrânia, Ásia e América Latina, que podem afetar fluxos comerciais, preços de energia e estabilidade financeira.

As projeções regionais mostram um panorama desigual. Nas economias avançadas, o crescimento deverá ser moderado: os Estados Unidos deverão expandir-se 2,4% em 2026, apoiados por política fiscal e monetária menos restritivas, enquanto a área do euro deverá crescer 1,3% em 2026, com 2027 a mostrar apenas ligeira aceleração. A China deverá crescer 4,5% em 2026, beneficiando do acordo comercial temporário com os EUA e de medidas de estímulo, mas enfrentará desaceleração posterior devido a desafios estruturais. A Índia continuará a destacar-se como uma das economias mais dinâmicas, com crescimento acima dos 6%. África Subsariana e a região do Médio Oriente e Ásia Central deverão também acelerar, sustentadas por reformas internas, recuperação da procura e aumento da produção petrolífera.



Fonte: Dados do FMI publicados em janeiro de 2026

O comércio mundial deverá abrandar significativamente, passando de um crescimento de 4,1% em 2025 para 2,6% em 2026, antes de recuperar ligeiramente em 2027. Este abrandamento decorre do ajustamento às recentes alterações nas políticas comerciais, embora as exportações ligadas à tecnologia continuem a expandir-se a um ritmo robusto.

O FMI conclui que, apesar da resiliência da economia global, esta continua exposta a múltiplos riscos e desequilíbrios. Defende, por isso, que as políticas económicas se concentrem em restaurar margens orçamentais e assegurar a sustentabilidade da dívida pública, mantendo políticas monetárias calibradas com o objetivo de preservar a estabilidade de preços.

Recomenda ainda que os países avancem com reformas estruturais, que reforcem a produtividade, a competitividade e o potencial de crescimento, ao mesmo tempo que promovem enquadramentos comerciais estáveis e previsíveis.

Finalmente, o FMI sublinha que o progresso tecnológico poderá elevar significativamente o crescimento global se for acompanhado por políticas que garantam uma transição ordenada, inclusiva e sustentada.

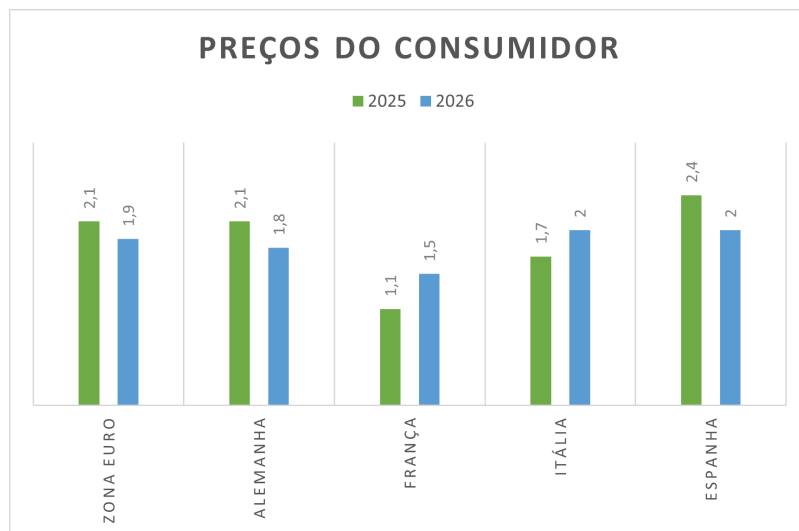
A atual configuração global evidencia uma rutura profunda da ordem internacional, na qual o antigo sistema baseado em regras deixou de garantir previsibilidade ou proteger as potências médias. Alguns países têm assumido a necessidade de adotar uma postura mais assertiva, reconhecendo que a interdependência económica passou a ser instrumentalizada por grandes potências através de tarifas, coerção financeira e exploração de fragilidades nas cadeias de valor.

Perante este contexto, vários Estados veem como essencial avançar para uma autonomia estratégica que combine valores centrais - direitos humanos, soberania e desenvolvimento sustentável - com a capacidade material necessária para sustentar essas escolhas.

Europa

É esperado que o crescimento da Zona Euro acelere, atingindo 1,4% em 2025 e 1,2% em 2026, segundo as projeções do Banco Central e dos Bancos Centrais Nacionais. Estas previsões refletem uma economia apoiada pela melhoria das condições financeiras, pela redução da incerteza comercial internacional e por preços de energia mais moderados.

Relativamente à inflação, a OCDE e o FMI antecipam que a tendência de descida prossiga, com a taxa a situar-se em 2,1% em 2025 e a recuar para 1,9% em 2026. Os principais riscos associados a estas projeções continuam a ser a volatilidade dos preços da energia e a persistência de pressões elevadas nos serviços, que se mantêm mais resistentes à desaceleração da inflação.



Fonte: Dados do FMI do relatório Perspetivas Económicas Mundiais de outubro de 2025

A Zona Euro enfrenta desafios acrescidos num ambiente em que as tarifas, as infraestruturas financeiras e as cadeias de abastecimento podem ser usados como instrumentos de coerção, expondo dependências críticas de um bloco muito integrado e aberto ao comércio. A resposta passa por acelerar a autonomia estratégica, diversificar energia e tecnologia, fortalecer a resiliência industrial e atuar coletivamente para evitar assimetrias negociais com grandes potências.

Este novo enquadramento traz consigo maior volatilidade, incluindo a reconfiguração de cadeias produtivas, custos acrescidos ligados à segurança energética e tecnológica, pressões sobre competitividade e constrangimentos fiscais. Em paralelo, abre espaço para redefinir o papel externo do euro, fortalecendo redes de cooperação mais resilientes e reduzindo a exposição a mecanismos de coerção.

Neste contexto, ganha particular relevância o recente acordo comercial celebrado, em janeiro de 2026, entre a União Europeia e a Índia, descrito como “o maior de todos os acordos comerciais” e que cria um mercado conjunto de cerca de dois mil milhões de pessoas. O acordo elimina ou reduz tarifas sobre 96,6% das exportações europeias para a Índia e deverá duplicar o valor exportado até 2032, reforçando a cooperação económica num ambiente global marcado por tensões comerciais e geopolíticas. Este avanço contribui para mitigar riscos associados à concentração de mercados, reforça a posição estratégica da UE face à concorrência dos EUA e da China e abre novas oportunidades de expansão para as empresas europeias, que passam a beneficiar de um enquadramento comercial mais previsível e competitivo.

As empresas europeias enfrentam hoje um contexto global mais volátil, onde cadeias de valor, logística e finanças podem tornar-se instrumentos de pressão geopolítica. Para garantir continuidade e competitividade, é essencial reforçar resiliência interna, diversificar fornecedores e mercados e colaborar com parceiros fiáveis que assegurem previsibilidade - um objetivo que o novo acordo UE-Índia também ajuda a concretizar ao ampliar o leque de destinos e oportunidades comerciais disponíveis para as empresas europeias.

Outros

China

Em janeiro de 2026, o FMI, na sua avaliação do cenário macroeconómico, considerou que as tensões associadas às trocas comerciais entre a China e os EUA tinham diminuído. Às disputas relacionadas com as exportações seguiu-se um acordo bilateral de suspensão das tarifas, que estará em vigor até novembro de 2026.

O impacto deste acordo foi de tal modo significativo que, a expectativa de crescimento da economia para 2026 foi revista, passando de 0,3% para 4,5%. Outro fator para esta revisão terão sido as medidas de estímulo à economia chinesa que o país prevê implementar nos próximos dois anos.

O FMI espera que a taxa de crescimento da economia desacelere para 4,0% em 2027.

EUA

Para os EUA, a OCDE prevê que o crescimento do PIB abrande para cerca de 1,8% em 2025 e entre 1,5% e 1,7% em 2026, refletindo tarifas mais elevadas, maior incerteza económica e um abrandamento no consumo e investimento.

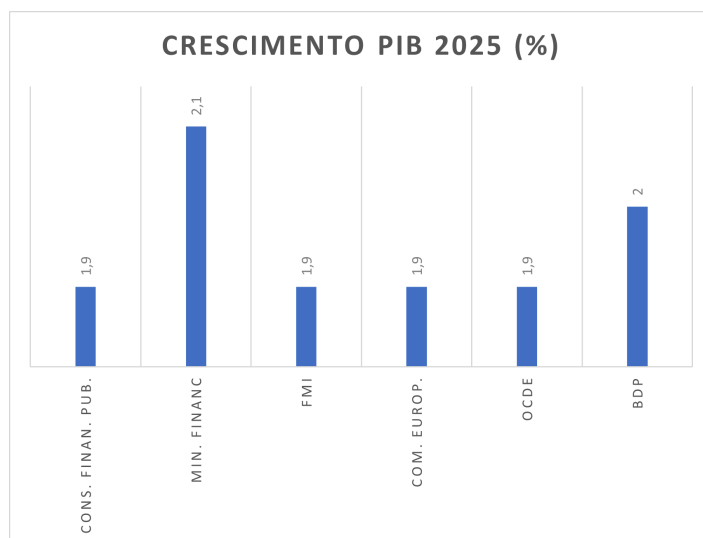
Esta incerteza reflete-se nos valores das próprias projeções. O FMI, por exemplo, assume uma posição menos conservadora e situa a expansão da economia americana nos 2,4%, para 2026.

Com os incentivos fiscais ao abrigo da One Bing Beautiful Bill Act, o FMI considera que o crescimento se manterá sólido nos 2% em 2027.

5.2 - Cenário Interno

Para Portugal, a Comissão Europeia considerou, no seu relatório de novembro de 2025, que a procura interna continuará a sustentar o crescimento económico, estimando um crescimento do PIB para 1,9% em 2025 e de 2,2% em 2026.

Esta estimativa está alinhada com a análise de outros organismos oficiais.



O Banco de Portugal projetou um Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor de 2,2% para 2025 e de 2,1% para 2026. A Comissão Europeia considera que estes níveis estão associados à estabilização dos preços da energia e à desaceleração de preços dos serviços.

De acordo com o Banco de Portugal, prevê-se um abrandamento gradual do emprego, acompanhado pela estabilização da taxa de desemprego em níveis historicamente baixos. Embora o nível de emprego deva manter uma tendência de crescimento, este será cada vez mais moderado, situando-se em 0,9% em 2026 e em 0,5% em 2027. Esta evolução reflete aumentos contidos quer na taxa de atividade, quer na população em idade ativa.

O crescimento populacional continuará a ser sustentado pela entrada de trabalhadores estrangeiros, ainda que com fluxos progressivamente menores após o pico registado em 2023. Assim, num contexto de expansão modesta da população ativa e do emprego, a taxa de desemprego deverá fixar-se, em média, nos 6,3%.

Com a aproximação do fim do período de execução do PRR, espera-se que o dinamismo do investimento, quer seja público ou privado, acelere em 2026 para abrandar em 2027, uma vez que para 2027 estão apenas previstos pagamentos residuais.

De acordo com a Comissão Europeia, espera-se que a balança de transações correntes permaneça em terreno positivo, uma vez que o forte aumento projetado no volume das importações deverá ser parcialmente compensado pela queda esperada nos preços das importações de energia em 2025 e 2026.

6 - Outras Informações

A Goosebrokers Mediação de Seguros, Lda não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2025.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Goosebrokers Mediação de Seguros, Lda.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas e o Anexo.

Lisboa, 23 de março de 2026,

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo corrente			
Cientes	4	198.797,61	308.816,09
Outros créditos a receber	4	2.571,85	767,92
Caixa e depósitos bancários	5	111.934,80	50.015,53
		313.304,26	359.599,54
Total ativo		313.304,26	359.599,54
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	4;6	10.000,00	10.000,00
Reservas legais	4	1.458,43	558,80
Resultados transitados	4	27.710,27	10.617,24
Resultado líquido do período		22.204,03	17.992,66
Total do capital próprio		61.372,73	39.168,70
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	4;8	109.450,00	37.850,00
		109.450,00	37.850,00
Passivo corrente			
Fornecedores	4	96.189,36	258.544,86
Estado e outros entes públicos	7	4.902,66	3.186,07
Outros passivos correntes	4	41.389,51	20.849,91
		142.481,53	282.580,84
Total do passivo		251.931,53	320.430,84
Total do capital próprio e do passivo		313.304,26	359.599,54

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	9	2.126.365,69	2.054.003,36
Fornecimentos e serviços externos	9	-2.023.509,22	-2.007.744,06
Gastos com o pessoal	11	-47.325,40	-21.128,83
Outros rendimentos	9	0,01	27,24
Outros gastos	12	-26.256,03	-2.067,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		29.275,05	23.090,71
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		29.275,05	23.090,71
Juros e gastos similares suportados	8	-649,49	-60,84
Resultado antes de impostos		28.625,56	23.029,87
Imposto sobre o rendimento do período	7	-6.421,53	-5.037,21
Resultado líquido do período		22.204,03	17.992,66

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Goosebrokers Mediação de Seguros, Lda

ANO: 2025

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade	21
1.1 - Dados de identificação	21
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	21
2.1 - Referencial contabilístico utilizado	21
3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	22
3.1 - Principais políticas contabilísticas	22
4 - Instrumentos financeiros	25
4.1 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:	25
4.10 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica do capital próprio, conforme quadro seguinte:	26
5 - Fluxos de caixa	26
5.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:	26
5.2 - Outras informações	27
6 - Partes relacionadas	27
6.0.1 - Entidades participantes	27
6.0.1.1 - Participação no capital social da entidade	27
7 - Impostos e contribuições	27
7.1 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições	27
7.3 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:	28
8 - Custos de empréstimos obtidos	28
8.2 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:	28
9 - Rendimentos e gastos	29
9.3 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:	29
9.4 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos	30
10 - Divulgações exigidas por diplomas legais	30
10.1 - Informação por mercado geográfico	30
10.2 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais	31
10.4 - Informação por atividade económica	31
11 - Benefícios dos empregados	32
11.4 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas	32
11.5 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade	32
12 - Outros gastos	33
12.1 - Outros gastos	33
13 - Acontecimentos após a data do balanço	33
13.2 - Outras divulgações	33

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

A Goosebrokers Mediação de Seguros, Lda, com sede social Avenida da Liberdade, N° 110, 1° 1269-046 Lisboa, com capital social de 10.000,00€, tem como atividade principal Atividades de mediadores de seguros.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2025.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66° do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Goosebrokers Mediação de Seguros, Lda, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16% sobre a matéria coletável até 50000 euros, e à taxa de 20% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Redito da Normas contabilísticas e de relato financeiro para pequenas entidades, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Instrumentos financeiros

4.1 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	201.369,46	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	198.797,61	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	2.507,09	0,00	0,00
Outros créditos a receber	0,00	0,00	64,76	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	247.028,87	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	96.189,36	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	109.450,00	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	41.389,51	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-24.000,00	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	-24.000,00	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	-649,49	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-649,49	0,00	0,00

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	309.584,01	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	308.816,09	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	717,92	0,00	0,00
Outros créditos a receber	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	317.244,77	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	258.544,86	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	37.850,00	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	20.849,91	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-60,84	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-60,84	0,00	0,00

4.10 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica do capital próprio, conforme quadro seguinte:

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Reservas	558,80	0,00	899,63	1.458,43
Reservas legais	558,80	0,00	899,63	1.458,43
Resultados transitados	10.617,24	0,00	17.093,03	27.710,27
Total	21.176,04	0,00	17.992,66	39.168,70

Capital próprio - movimentos do período - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Reservas	0,00	0,00	558,80	558,80
Reservas legais	0,00	0,00	558,80	558,80
Resultados transitados	-12.368,12	0,00	22.985,36	10.617,24
Total	-2.368,12	0,00	23.544,16	21.176,04

5 - Fluxos de caixa

5.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Depósitos à ordem	50.015,53	2.711.025,40	2.649.106,13	111.934,80
Total	50.015,53	2.711.025,40	2.649.106,13	111.934,80

Caixa e equivalentes - desagregação - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	0,00	494,27	494,27	0,00
Depósitos à ordem	158.499,48	1.955.652,00	2.064.135,95	50.015,53
Total	158.499,48	1.956.146,27	2.064.630,22	50.015,53

5.2 - Outras informações

Caixa e equivalentes - informações adicionais :

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	6.421,53	5.037,21

6 - Partes relacionadas

6.0.1 - Entidades participantes

6.0.1.1 - Participação no capital social da entidade

Grupo - Tipologia dos detentores de capital:

Descrição	Percentagem
De pessoas singulares residentes	100,0000%
Total	100,0000%

7 - Impostos e contribuições

7.1 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	0,00	2.995,53	0,00	2.688,21
IRC a receber / pagar	0,00	2.995,53	0,00	2.688,21
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	481,78	0,00	56,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	1.425,35	0,00	441,86
Total	0,00	4.902,66	0,00	3.186,07

7.3 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	28.625,56	23.029,87
Imposto corrente	6.421,53	5.037,21
Imposto sobre o rendimento do período	6.421,53	5.037,21
Tributações autónomas	1.921,12	1.114,81
Taxa efetiva de imposto	22,43	21,87

8 - Custos de empréstimos obtidos

8.2 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Financiamentos obtidos - desagregação:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.c apitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	75.000,00	0,00	109.450,00	649,49	649,49	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras	75.000,00	0,00	71.250,00	649,49	649,49	0,00	0,00	0,00	0,00
Participantes de capital	0,00	0,00	38.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros participantes - suprimentos e outros	0,00	0,00	38.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Empréstimos	75.000,00	0,00	109.450,00	649,49	649,49	0,00	0,00	0,00	0,00

Financiamentos obtidos - desagregação - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.c apitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	0,00	0,00	37.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participantes de capital	0,00	0,00	37.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros participantes - suprimentos e outros	0,00	0,00	37.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Empréstimos	0,00	0,00	37.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

A conta "financiamentos obtidos" inclui suprimentos efetuados pelos sócios, que serão devolvidos quando a gerência da empresa achar que existem condições financeiras para o fazer, e um empréstimo bancário contraído em 2025.

Não foram efetuados contratos de suprimentos, nem está prevista qualquer remuneração de juros dos mesmos.

9 - Rendimentos e gastos

9.3 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	2.126.365,69	2.054.003,36
Outros réditos	0,01	27,24
Total	2.126.365,70	2.054.030,60

A rubrica "prestação de serviços" é composta por comissões de mediação de seguros.

9.4 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	1.975.228,34	1.981.407,21
Trabalhos especializados	24.002,17	30.086,82
Publicidade e propaganda	11.956,78	1.430,56
Honorários	27.751,40	9.242,00
Comissões	1.907.012,11	1.937.904,35
Conservação e reparação	128,43	0,00
Outros	4.377,45	2.743,48
Materiais	2.193,84	5.037,71
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	476,17	96,68
Material de escritório	1.234,98	2.249,04
Artigos para oferta	394,00	2.110,84
Outros	88,69	581,15
Energia e fluidos	20,00	0,00
Eletricidade	20,00	0,00
Deslocações, estadas e transportes	20.021,42	6.676,20
Deslocações e estadas	20.021,42	6.676,20
Serviços diversos	26.045,62	14.622,94
Rendas e alugueres	8.456,50	5.130,42
Comunicação	2.513,05	540,41
Seguros	1.308,49	69,10
Contencioso e notariado	80,00	950,00
Despesas de representação	13.605,03	7.911,72
Limpeza, higiene e conforto	82,55	21,29
Total	2.023.509,22	2.007.744,06

10 - Divulgações exigidas por diplomas legais

10.1 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	2.126.365,69	0,00	0,00	2.126.365,69
Fornecimentos e serviços externos	2.023.509,22	0,00	0,00	2.023.509,22

Informação por mercado - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	2.054.003,36	0,00	0,00	2.054.003,36
Fornecimentos e serviços externos	2.007.744,06	0,00	0,00	2.007.744,06

10.2 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

10.4 - Informação por atividade económica

Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	66220	
Prestações de serviços	2.126.365,69	2.126.365,69
Fornecimentos e serviços externos	2.023.509,22	2.023.509,22
Número médio de pessoas ao serviço	2,00	2,00
Gastos com o pessoal	47.325,40	47.325,40
Remunerações	37.722,08	37.722,08
Outros gastos	9.603,32	9.603,32

Informação por CAE - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	66220	
Prestações de serviços	2.054.003,36	2.054.003,36
Fornecimentos e serviços externos	2.007.744,06	2.007.744,06
Número médio de pessoas ao serviço	1,00	1,00
Gastos com o pessoal	21.128,83	21.128,83
Remunerações	16.664,70	16.664,70
Outros gastos	4.464,13	4.464,13

11 - Benefícios dos empregados

11.4 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	2,00	3.036,00	1,00	2.024,00
Pessoas remuneradas	2,00	3.036,00	1,00	2.024,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	2,00	3.036,00	1,00	2.024,00
Pessoas a tempo completo	2,00	3.036,00	1,00	2.024,00
(das quais pessoas remuneradas)	2,00	3.036,00	1,00	2.024,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	2,00	3.036,00	1,00	2.024,00
Masculino	1,00	1.012,00	0,00	0,00
Feminino	1,00	2.024,00	1,00	2.024,00

11.5 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	47.325,40	21.128,83
Remunerações do pessoal	37.722,08	16.664,70
Encargos sobre as remunerações	8.670,42	3.784,51
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	324,90	187,62
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	608,00	492,00

12 - Outros gastos

12.1 - Outros gastos

Outros gastos - detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Impostos	1.500,00	1.500,00
Gastos em investimentos financeiros	24.000,00	0,00
Quotizações	756,00	567,00
Outros	0,03	0,00
Total	26.256,03	2.067,00

13 - Acontecimentos após a data do balanço

13.2 - Outras divulgações

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, que possam afetar as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.